



Ministério do Trabalho e Emprego
Assessoria Especial de Controle Interno

ATA DE REUNIÃO

Comitê de Governança Estratégica - CGE
Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

3ª Reunião Ordinária

Aos 31 dias do mês de julho do ano de 2024, às 10h00, o Comitê de Governança Estratégica (CGE) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizou a 3ª reunião ordinária na sala de reunião nº 433, 4º Andar, edifício sede do MTE. Estando presentes os membros: Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que presidiu a reunião, Secretária Executiva Substituta, Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos, Chefe da Assessoria Especial de Comunicação, representante da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais, Chefe da Assessoria Especial de Promoção da Igualdade no Trabalho, Chefe da Assessoria Especial de Articulação de Políticas de Trabalho para o Desenvolvimento, Chefe da Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade, Assessora Especial do Gabinete do Ministro, Subsecretário de Análise Técnica da Secretaria Executiva, Subsecretária de Estatísticas Estudos do Trabalho da Secretaria Executiva, Secretário da Secretaria de Inspeção do Trabalho, Secretário da Secretaria de Proteção ao Trabalhador, Secretário da Secretaria de Relações do Trabalho, Secretário da Secretaria de Qualificação, Emprego e Renda (substituto), Secretário da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária, Consultor Jurídico, Ouvidor, Corregedor, Diretora de Administração, Finanças e Contabilidade da Secretaria-Executiva substituta, Diretor de Tecnologia da Informação da Secretaria-Executiva substituto, Diretor de Gestão de Pessoas da Secretaria-Executiva, Coordenadora-Geral de Desenvolvimento Institucional da Secretaria Executiva.

A pedido do Ministro, o Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, Senhor Cláudio Py, iniciou a 3ª reunião ordinária do CGE cumprimentando a todos os presentes, agradecendo pela presença. Em seguida, informou a pauta do dia e passou a palavra para o Secretário de Relações do Trabalho, senhor Marcos Periotto, que iniciou a sua fala apresentando o Art. 27 do Decreto nº 11.779, de 13/11/2023, das competências da SRT, o organograma com a sua estrutura de cargos, com 4 cargos de análise de registro sindical, as unidades descentralizadas com 27 seções de relações do trabalho e 27 setores de mediação coletiva nas superintendências e 23 setores de relações do trabalho nas Gerências, sendo 10 Gerências localizadas no Estado de SP e 6, em MG. A seguir apresentou infográficos com os dados das ações realizadas pela Secretaria no ano de 2019 a 2024. Com 20512 instrumentos coletivos registrados referente aos meses de janeiro a junho de 2024, onde SP e MG apresentam o maior número de instrumentos registrados. Sobre os dados das mediações coletivas concluídas, de janeiro a junho de 2024, foram realizadas 2157 mediações, onde SP e MG realizaram o maior número de mediações e no AC, AP, MT não foi realizada nenhuma. Disse que os maiores sistemas de relações do trabalho estão na SRT que são o sistema mediador, responsável pelo registro dos instrumentos coletivos de trabalho e pelas mediações coletivas, o sistema é antigo e obsoleto, contudo, há um novo sistema sendo desenvolvido pelo DIEESE que em breve estará disponível. A SRT também realiza o controle dos registros de empresas de trabalho temporário e até o mês de junho de 2024, SP apresentou o maior número dessas empresas: 3146. Sobre a negociação coletiva de trabalho, desde 2023, a partir de portaria assinada pelo Ministro, o MTE realiza, anualmente, a semana nacional de promoção da negociação coletiva de trabalho, no mês de novembro, visto que foi nesse mês que o Brasil ratificou a

Convenção nº 98 da OIT que trata desse tema. Esse ano de 2024 será realizada de 18/11 a 22/11 no estado de SP, com atividades em todas as Superintendências. Em relação às conferências nacional e regionais, a SRT propôs a realização de 5 conferências tripartites regionais e uma nacional no segundo semestre, em 2025, alinhadas com o PPA 2024-2027. Sobre as capacitações do ano de 2024, a SRT promoveu capacitações e intercâmbios em alguns Estados, participação em mesas e grupos de diálogo social, pontos de contato nacional e iniciativas com o DIEESE como já citado, o desenvolvimento do novo sistema mediador como também a realização de estudo sobre a cota legal para a contratação de trabalhadores com deficiência nas negociações coletivas, dentre outros. A SRT em parceria com a DIEESE desenvolveu um painel eletrônico com as ações da Secretaria, já em funcionamento no modo de teste, com o objetivo de unir todas as informações sobre as relações de trabalho a serem disponibilizadas em breve via internet para o público em geral. Referente à estrutura sindical, informou que até o dia 29/07/2024, existem 14 centrais sindicais registradas no CNES e 6 reconhecidas: CUT, FS, UGT, CTB, CSB e NCST, e, 13145 sindicatos dos trabalhadores e 5704, dos empregadores. O sistema CNES é do ano de 2006, já obsoleto, então, a SRT em parceria com o SERPRO desenvolveu um novo sistema mais moderno, inclusive podendo ser acessado via celular. Pretende-se migrar os dados do antigo sistema para o novo, em breve. Registrou que conta com apenas 6 analistas para atuar na análise de todos os processos da Secretaria, que hoje apresenta o total de 1528 processos distribuídos, sendo 895 sobre solicitação de atualização de dados perenes, 337 solicitações de registro sindical e 265 sobre solicitação de alteração estatutária, e, 285 aguardando distribuição, num total geral de 1813 processos recebidos. Por conseguinte, sugere que a demanda de análise das solicitações de atualização de dados seja distribuída para as superintendências. Informou que hoje, a SRT está analisando as demandas de agosto de 2023. No segundo semestre a Secretaria tem duas campanhas de atualização sindical a serem cumpridas, a primeira com o prazo de até 30/09/2024 para recadastramento das entidades sindicais que possuem registro concedido antes de 18/04/2005 que não migraram para o CNES e a segunda com prazo de até 28/12/2024 para atualização dos dados perenes de diretoria das entidades sindicais com mandatos vencidos no CNES há mais de 8 anos. Enfim, o secretário encerrou a sua fala agradecendo a oportunidade, aproveitando o momento para mencionar o principal desafio da sua gestão hoje que é a escassez de servidores, devido principalmente à diminuição dos cargos e funções na reestrutura administrativa de 2023 em que sofreu a baixa de 7 servidores, apresentando como sugestão de solução, a ampliação do quadro gerencial e administrativo.

Em seguida, o Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, senhor Cláudio Py, passou a palavra para o senhor Ministro de Estado do MTE, senhor Luiz Marinho e para a senhora Secretária Executiva Substituta, Luciana Nakamura que declinaram a oportunidade, solicitando que desse continuidade à pauta do dia.

Então, o senhor Cláudio Py passou a palavra para a Diretora de Administração, Finanças e Contabilidade da Secretaria-Executiva substituta, Amanda Gomes, que se apresentou e informou que a Diretoria irá iniciar a sua participação tratando da execução orçamentária desse exercício a ser apresentada pelo Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças, senhor Marcondes, que trouxe as mudanças orçamentárias oriundas do Decreto nº 12.120/2024 com o contingenciamento em torno de 30%, sendo necessário a realização de cortes em todas as secretarias. Assim, tem-se novos marcos de orçamento para o segundo semestre de 2024 com os seguintes limites de movimentação e empenho: até setembro: R\$ 571.639.210 (69,1% DA), até novembro: R\$ 663.149.432 (80,2% DA) e até dezembro R\$ 741.586.767 (89,7%). Informou que será necessário cancelar empenhos já realizados para setembro por conseguinte, irá reunir-se com a secretaria-executiva do Ministério para então informar as novas medidas a todas as secretarias. Acrescentou que sobre as despesas obrigatórias e as emendas parlamentares, não houve corte. A seguir, tratou das alterações orçamentárias, a 3ª janela de créditos, nos moldes da Portaria SOF/MPO nº 34, de 8/2/2024.

A seguir, a Secretária Executiva Adjunta Substituta, Luciana Nakamura solicitou a palavra e mencionou que o MTE já estava ciente do contingenciamento e irá contar com a colaboração de todas as secretarias para desenvolverem uma administração minuciosa do seu planejamento orçamentário a fim de garantir as políticas públicas e as operações do Ministério, separando as despesas em dois blocos, as necessárias e as que poderão ser adiadas para o próximo exercício. Acrescentou que irá realizar uma reunião sobre o assunto e depois repassará as novas diretrizes para cada secretaria.

Em seguida, o Ministro tomou a palavra e tranquilizou a todos em relação ao contingenciamento corroborando com a fala da Secretária Adjunta Substituta, dizendo que juntos iremos conseguir realizar as

ações fundamentais do Ministério.

Proseguindo com a pauta, o senhor Cláudio Py passou a palavra para o Diretor de Tecnologia da Informação Substituto, senhor Roberto Leonardo Porto dos Santos, que após os devidos cumprimentos, iniciou a sua fala tratando do plano diretor de tecnologia da informação (PDTI), apresentando o seu conceito e objetivos, ou seja, trata-se de um planejamento bianual (2023-2024) que visa otimizar as ações de TI, criando um gerenciamento alinhado com as diretrizes da alta gestão, principalmente com o planejamento estratégico do órgão. Apresentou a estrutura do PDTI que foi elaborada segundo os normativos afins e o template (guia) da Secretaria de Governo Digital do MGI a ser seguido por todas as unidades do Ministério, consoante as orientações dos órgãos de controle, CGU e TCU. Então, o PDTI do MTE foi elaborado com base nos seus objetivos estratégicos, com base no PPA de 2020 a 2023, gerou as iniciativas e consultou as unidades do Ministério para diagnosticar a situação atual de cada uma a fim de atendê-las segundo as suas especificidades. O objetivo da apresentação é mostrar as atualizações ocorridas no PDTI aprovado em 2023, de 88 ações aprovadas, saltou para 125 ações em 2024, soluções digitais desenhadas com as seguintes parcerias: 25 ações da DATAPREV, 12 do SERPRO, 45 da Fábrica (sendo que 11 já foram concluídas), 20 Aquisições, 6 de Infraestrutura e modernização do parque tecnológico, 13 de Governança e 4 Transversais DTI. Apresentou o histórico das ações de infraestrutura de TI comparando a situação de 2022 a 2024, onde em 2022 o parque tecnológico encontrava-se obsoleto que a atual gestão foi realizando up grades necessários como por exemplo investimento em segurança da informação, armazenamento em nuvem e storage, dentre outros. Ressaltou que o plano de integridade do Ministério fomentou a criação de um painel que está monitorando a gestão de riscos da Diretoria, com ênfase nos esforços acentuados para mitigar os riscos de invasões cibernéticas. Apresentou o plano de transformação digital em andamento com a parceria da SGD do MGI cujo objetivos são promover a transformação digital dos serviços públicos, unificar os canais digitais, a interoperabilidade de sistemas, a segurança e privacidade, a melhoria da qualidade dos serviços públicos e projetos especiais. Enfim, mostrou o mapa estratégico de TI de 2023-2024, cujo principal objetivo é aprimorar a jornada do cidadão nos serviços digitais, focando nos seguintes processos internos: criar produtos e serviços de TI de qualidade, aperfeiçoar os mecanismos de governança de TI e promover a integração de dados, processos e tecnologias. E sobre o quesito da sustentação, pretende-se adequar a capacidade produtiva de TI e assegurar a excelência operacional da TI. E para alcançar seus objetivos, os fatores críticos de sucesso são: o apoio da alta administração, que é altamente fornecido, a gestão dos serviços de TI com foco na entrega de valor ao cidadão com ênfase na transformação digital, que será possível através do plano de transformação digital já apresentado, a eficiência da comunicação entre as áreas, através da recente criação da área de relacionamento com as unidades do Ministério a fim de promover a devida aproximação entre a TI e as áreas para prover o melhor atendimento a todos, a transparência com a publicidade das suas ações e o pleno funcionamento dos comitês de TI, o CGD, o CGE.

O senhor Roberto Leonardo, Diretor de Tecnologia da Informação Substituto tomou a palavra para comentar que a DTI do MTE deu suporte técnico, supriu o MGI, na reestruturação dos seus serviços digitais, nos dois ataques cibernéticos que ele sofreu nesse ano. Roberto Porto acrescentou que o MTE está sendo referência para a TI do MGI por exemplo, com a prática do MTE de ter espelhamento de backup do sistema SEI. Luciana Nakamura parabenizou o trabalho da DTI do MTE, lembrando que o Diretor Heber levou a agenda da segurança da informação para a Secretaria Executiva do Ministério que a inseriu e por conseguinte, já pode-se ver o resultado colhido devido as soluções de segurança que foram implementadas. O senhor Cláudio Py tomou a palavra para informar que o PDTI foi alinhado com todas as secretarias do Ministério, propondo então a sua aprovação, todos os membros presentes aprovaram por unanimidade.

O senhor Secretário da Secretaria de Proteção ao Trabalhador, senhor Carlos Augusto solicitou a palavra para indagar à Mesa se a sua secretaria seria ouvida antes da tomada de decisão do Ministério em relação aos cortes a serem feitos decorrentes do Decreto 12.120/2024 referente ao contingenciamento orçamentário. A Secretária Executiva Adjunta Substituta, senhora Luciana Nakamura respondeu que sim, a secretaria será ouvida à priori.

O senhor Cláudio Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, tomou a palavra e iniciou as tratativas a respeito do código de conduta do MTE, mencionando que o código foi debatido e alinhado com todas as unidades do Ministério, em uma construção conjunta, incluindo a participação de todas as superintendências regionais do trabalho nos estados, acrescentou que são poucos os órgãos que possuem um código de conduta específico e abrangente como o do MTE. A publicação do código cumpre uma das ações do programa de integridade, PROiMTE, trazendo informações importantes com relação aos canais de

denúncia, sinaliza a questão dos contratos de prestação de serviços, contém os princípios e os valores do Ministério, os direitos e deveres, o atendimento ao público, conflito de interesses, assédio moral e sexual no trabalho. Comentou sobre a ideia de, em parceria com a ASCOM, elaborar um bloco de notas que contenha o código de conduta como uma ação de sua publicização para todos os colaboradores do Ministério. Além também de parceria com a Diretoria de Gestão de Pessoas no fomento da divulgação do código de conduta, abrindo um parênteses para parabenizar a todos que têm contribuído para com os resultados alcançados pelo MTE , pois são muitos os resultados do Ministério desde o ano de 2023. A seguir, falou sobre o monitoramento de riscos à integridade, onde tem-se 69 controles de riscos propostos, sendo 45 em andamento e 24 concluídos, ou seja, não há nenhum processo de monitoramento de risco que não foi iniciado em todo o Ministério até a data de 31/07/2024. Toda a gestão de riscos do Ministério está devidamente registrada em processo no sistema SEI, sendo acompanhada e monitorada pela Coordenação de Gestão de Riscos do Ministério, lotada na AECI. Informou que há algumas unidades do Ministério que aguardam capacitação e facilitação sobre gestão de riscos, que já estão agendadas para o mês de agosto desse ano: a Secretaria de Qualificação, Emprego e Renda, a Secretaria de Relações do Trabalho, a Secretaria de Proteção ao Trabalhador, a Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária e a Secretaria de Inspeção do Trabalho. Em seguida, apresentou o sistema Agir, já internalizado pela DTI, e o Manual de Gestão de Riscos. Trata-se de um projeto custo zero, que foi iniciado por sua equipe em outra pasta e está em fase de teste de validação pela sua atual equipe na AECI. Acrescentou que até a próxima reunião do CGE, esse sistema já terá sido alinhado por todas as unidades do Ministério incluindo as superintendências. A seguir, falou sobre a supervisão ministerial. A AECI recebeu 205 comunicações conecta de Ofícios do TCU, com 114 acórdãos monitorados, 5 auditorias em curso, 18 recomendações/determinações em andamento e 5 encerradas, e, 89 tomada de contas especial foram encaminhadas para o TCU; não há nenhuma demanda do TCU que não foi tratada e todas estão registradas no sistema SEI. Quanto às recomendações da CGU, 104 encontra-se em processo de monitoramento, destas, 85 encontram-se em análise pela CGU e 19 estão em atendimento pelo gestor. Foram concluídas 71 recomendações e 25 auditorias em andamento. Enfim, a pedido da Secretaria Executiva, explanou sobre as diárias e passagens. O controle interno criou 46 trilhas em relação ao monitoramento das diárias e passagens a fim de criar pontos de controles e análises para verificação. A Secretária Executiva Adjunta Substituta solicitou a palavra para explicar que esse pedido de verificação das diárias e passagens está alinhado com inconsistências verificadas pela Coordenação de Inteligência do MTE referente à concessão dessas despesas. Essas informações foram repassadas para o MGI a fim de que ele desenvolva um novo sistema para a realização eficaz dessas despesas. O objetivo da Secretaria Executiva é trabalhar em prol da lisura dos processos de concessões de diárias e passagens, para tanto, apoia e instiga que o controle interno atue na verificação como medida de prevenção de eventos que porventura venham a denegrir a imagem do Ministério.

Em seguida, o senhor Cláudio Py passou a palavra para a Coordenadora-Geral de Desenvolvimento Institucional da Secretaria Executiva, senhora Coslita Alves que após cumprimentar a todos, parabenizou a sua equipe pelo exímio trabalho executado. Adiante, tratou sobre os painéis estratégicos: o dos indicadores do mercado de trabalho, o dos resultados por unidades, o do plano plurianual (PPA) e do plano estratégico e o de outras entregas prioritárias. Tratam-se de atividades cujo objetivo é dar suporte para a alta administração na tomada de decisão, principalmente para o senhor Ministro de Estado e seu Secretário-Executivo. Apresentou os seguintes objetivos dos painéis estratégicos: facilitar a tomada de decisões pelos gestores, aprimorar a comunicação interna, facilitar o acesso às informações, priorizar ações e iniciativas, desenvolver uma visão intuitiva e consolidada, tornar o monitoramento do desempenho do Ministério mais ágil, facilitar a compreensão dos indicadores e automatizar a atualização dos dados. Em seguida, apresentou o desenho (infográficos) dos painéis: dos indicadores do mercado de trabalho, dos dados de todas as secretarias do Ministério, da Ouvidoria e da Corregedoria, onde é possível obter informações sobre: qualificação, aprendizagem, intermediação da mão de obra, programas de geração de emprego e renda, conselhos, plano estratégico, PPA, entregas prioritárias, indicadores de resultados da gestão e orçamento, de cada uma dessas unidades separadamente. Falou também do plano estratégico de 2023-2027, em que serão disponibilizados dados sobre a perspectiva, objetivo estratégico, mapa estratégico, plano estratégico, separados por período e unidade responsável, sendo possível verificar através de infográficos seus respectivos indicadores, em atendimento à Portaria 290. A seguir, mostrou um infográfico específico com os dados das entregas prioritárias, separadas por ano e unidade responsável com a possibilidade de averiguar as informações da descrição da entrega, o prazo, a situação e o ponto de atenção em relação ao ano e unidade responsável selecionados. Enfim, apresentou o painel do PPA 2024-2027, já em fase de teste, em produção do monitoramento do 1º semestre de 2024 a ser finalizado e publicado em agosto/2024 a fim de garantir o

acesso aos dados a todos. Em seguida, fez uma demonstração de como explorar/navegar nesse painel, compartilhou o cronograma das fases desenvolvidas na elaboração do painel, com início em abril e término em agosto de 2024 e mostrou o cronograma das demandas a serem entregues pela CODIN de acordo com a ordem de prioridade: primeiro, o painel do PPA, 2º, o do plano estratégico, 3º, dos resultados por unidades, 4º, dos indicadores do mercado de trabalho e em 5º, das entregas prioritárias.

O senhor Odair solicitou a palavra para parabenizar o trabalho da CODIN, comentando sobre a sua importância em promover o acesso aos dados a todas as unidades do Ministério. A senhora Secretária Executiva Adjunta Substituta, Luciana Nakamura também parabenizou a CODIN e perguntou como será o acesso a esses painéis. A senhora Coslita respondeu que no primeiro momento, o acesso será dado aos secretários do Ministério, na INTRANET e depois, após a sua devida validação, será publicado para o público externo na INTERNET.

A seguir, o senhor Cláudio Py também parabenizou o trabalho da CODIN e passou a palavra para o Diretor de Gestão de Pessoas, senhor Jobson Sales, que iniciou a sua fala tratando das condutas vedadas aos agentes públicos federais em eleições, a ser observado a partir do dia 6 de julho, dando ênfase à 10ª edição da cartilha da AGU sobre o tema. Ressaltou que a DGP já realizou divulgação interna sobre o assunto para todos os colaboradores do Ministério, através das redes digitais. Destacou alguns pontos da Lei nº 9.504/1997, como a realização de concurso público que é permitida a qualquer tempo independente do período de defeso eleitoral, porém, a referida Lei proíbe que seja feita a nomeação/admissão/contratação/exoneração/transfereência/remoção antes da posse dos eleitos nas eleições de 2024. Sobre a realização das entrevistas, é recomendado que sejam realizadas no período do defeso eleitoral por escrito. Apresentou também o Art. 94, da Lei nº 8.112/1990. Em seguida, falou sobre o concurso público de Auditores Federais do Trabalho, organizado pela banca da CEBRASPE, apresentando o cronograma das provas objetivas, do curso de formação (etapas do concurso de caráter eliminatório/classificatório), homologação e ambientação. Adiante, tratou sobre a promoção de um curso de liderança para a Alta Gestão do MTE, com carga horária de 100 horas, programado para ser ministrado por mestres e doutores, com o diferencial de ser realizado dentro do Campus das Universidades parceiras, na área de atuação: métodos quantitativos, ESG e planejamento estratégico. O público-alvo serão 104 gestores da sede e superintendências em 2024 e 100 somente da sede, em 2025. Enfim, tratou sobre o ciclo de implementação do PGD do MTE, de nível de organização diferenciado se comparado com o de outros Ministérios, com ênfase nas metas coletivas, para que o servidor esteja atrelado com o censo de coletividade. Informou que o MGI lançou um sistema chamado PETROS que irá ser utilizado pelos gestores para gerenciar os PGD's de sua equipe. O MTE também irá utilizar esse sistema que já está sendo preparado pela DTI para entrar em operação no Ministério. A Chefe de Assessoria Especial de Comunicação, senhora Tânia Almeida solicitou a palavra para comentar que é importante falar sobre a comunicação no curso de ambientação dos novos Auditores Fiscais do Trabalho e também na capacitação dos superintendentes, para orientar como realizar a comunicação com a mídia, debater sobre qual é o papel deles dentro do Ministério, apresentando as várias especificidades da comunicação oficial e sua repercussão a nível nacional nas redes sociais como também em outros ambientes sociais. A Luciana Nakamura solicitou a palavra para informar que a INTRANET será disponibilizada em breve no Ministério para ampliar a comunicação interna e melhorar a interlocução entre os colaboradores da sede com os das superintendências e vice-versa.

Em seguida, o senhor Cláudio Py passou a palavra para a Secretaria Executiva, responsável pela pauta das emendas parlamentares de 2024. O Chefe de Gabinete, senhor Odair Behn, apresentou os seguintes dados: 182 emendas recebidas, 161 emendas com projetos e 31 com impedimentos técnicos, com o volume de R\$ 161 Mi. Dos envolvidos tem-se 70 parlamentares, 67 entidades, 4 bancadas e 3 secretarias principais: SENAES, SEMP e SEET. Essas emendas foram distribuídas para a área de qualificação, de estudos e pesquisas e de economia solidária. O trabalho foi desenvolvido em conjunto com várias unidades do Ministério: composição de força de trabalho com o DPC, o mapeamento do fluxo realizado pela SENAES e SEMP, parecer referencial elaborado pela CONJUR, SEMP e SENAES, realizado ponto de controle semanal pela ASPAR, SE, SEET, CONJUR, DTI, SEMP, SENAES e DAFC; foi criado um painel eletrônico de acompanhamento diário das emendas pela DTI; criou-se também uma central de atendimento e consultoria diária a entidades, tratando das emendas, dos programas, da legislação e do transferegov, através de e-mail, telefone, whatsapp e Teams, pela SEMP e SENAES; realizada articulação integrada com ASPAR para comunicação com os parlamentares executada pela SEMP, SENAES, SEET e SE; e, também, em paralelo foram feitas articulação da DAFC e ARPAP com a SRI para o fluxo de pagamento. Todas essas ações foram realizadas no primeiro semestre, no prazo estabelecido pelo MGI de enviar para a SRI até 10/06/2024, para receber o pagamento antes do dia 6 de julho de 2024, devido ao período do defeso eleitoral. E como resultado desse trabalho, antes de 06/07/2024, 88% das emendas já estavam empenhadas e 65%, pagas. Enfim, mostrou a todos o painel de emendas, desenvolvido pela DTI possibilitando acompanhar/monitorar todas as etapas de execução das emendas, como preparação, apresentação e análise de propostas, análise jurídica, contratualização e assinatura, pagamento e valores. O Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos, senhor Luís Silva fez uso da palavra para agradecer o apoio da Secretaria Executiva como também ao de todas as secretarias, pois devido ao empenho de todos e excelente trabalho, tem-se um amplo relacionamento com os parlamentares, gerando retornos positivos para esta pasta. A senhora Luciana Nakamura também fez uso da palavra para parabenizar toda a equipe técnica que atuou nesse processo e ratificou a fala de Odair no que diz respeito à necessidade de capacitar os agentes do Ministério que irão acompanhar/monitorar de perto os projetos a serem executados pelos entes, fiscalizando as entregas com o contrato pactuado com o MTE e orientando quanto à prestação de

contas final a fim de a apresentarem de acordo com os normativos vigentes. O senhor Secretário da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária, Gilberto Carvalho fez uso da palavra para agradecer o trabalho da CONJUR ao elaborar criteriosamente seu parecer e comentou sobre a importância da fiscalização dos agentes das superintendências que irão acompanhar na ponta, toda a execução do contrato. Sugeriu que fosse elaborado um inventário elencando as entidades gabaritadas/credenciadas para disponibilizar consulta prévia a quem de direito irá indicá-las para a execução dos projetos a serem contratados pelo MTE. O senhor Ministro de Estado tomou a palavra para comentar que uma prestação de contas em conformidade com os normativos deve ser realizada desde o início da execução do projeto, ou seja, o ente realiza a ação e em paralelo já apresenta a respectiva e devida comprovação do gasto que deve ser fiscalizado desde o início também pelo agente do MTE. Finalizou a sua fala dizendo que fazer o certo é mais fácil, mais barato e mais eficiente.

Adiante, seguindo a pauta do dia, o senhor Cláudio Py passou a palavra para a senhora Adelaide Martins Alves, Chefe de Gabinete da Secretaria de Proteção ao Trabalhador, que apresentou as medidas de enfrentamento às calamidades no Estado do Rio Grande do Sul, em maio de 2024. Iniciou a sua fala comentando que o MTE teve um papel muito importante no apoio dado pelo Governo Federal ao RS. Foram repassados recursos na ordem de um total de R\$ 8 bilhões, até R\$ 1,2 bi do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), até R\$ 5,6 bi do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e até 1,2 bi do Tesouro Nacional. A seguir, informou as 5 medidas realizadas pela Secretaria de Proteção do Trabalhador: antecipação do abono salarial, parcelas adicionais do seguro-desemprego, saque calamidade FGTS, apoio financeiro e suspensão da parcela do financiamento. Disse que o pagamento do abono salarial 2024 ocorreu no dia 15/05/2024, com a antecipação do pagamento das parcelas aos beneficiários do RS, anteriormente previstas para pagamento nos meses de junho, julho e agosto de 2024. Assim, a execução efetiva total até o dia 30/07/2024 foi de R\$ 792,6 milhões, equivalente a 99,56% do valor previsto e alcançou o número total de 756.121 trabalhadores habilitados. A segunda medida foi o pagamento de 2 parcelas adicionais do seguro-desemprego aos trabalhadores que já recebiam o benefício na data em que o Governo Federal reconheceu o estado de calamidade pública declarado pelo estado do RS. O pagamento é realizado em lotes semanais com o planejamento de alcançar 139.633 beneficiários, com valor médio da parcela de R\$ 1.782,50, num total orçamentário previsto para R\$ 497,8 milhões. A execução efetiva total até o dia 30/07/2024 foi de R\$ 101.211.969,00, equivalente a 20,32% do total e 11 lotes. A terceira medida foi a disponibilização do saque calamidade FGTS, através da publicação de 2 Decretos, em 07/05/2024 que dispensou a carência de 12 meses e 15/05/2024 que dispensou o envio de documentação, pois os desabrigados saíram de casa sem poder pegar pertences pessoais como por exemplo seus documentos impressos. O potencial dessa medida é ajudar até 1,5 milhões de beneficiários, com previsão de gasto de até R\$ 4,2 bilhões. Portanto, tem-se que até o dia 26/07/2024 foi executado efetivamente o valor total de R\$ 3,2 bilhões, equivalente a 76,4% do total, habilitando 445 municípios e 965,66 mil trabalhadores receberam o benefício, o equivalente a 64,4% da meta prevista. A quarta medida, elaborada para os trabalhadores empregados formalmente, foi o apoio financeiro da liberação de 2 parcelas no valor de R\$ 1.412,00, a serem pagas em julho e agosto nos termos da Medida Provisória nº 1.230 de 07/06/2024, em áreas efetivamente atingidas, conforme delimitação georreferenciada, definida pela Portaria MTE nº 991, de 19/06/2024. Acrescentou que terão direito os trabalhadores com vínculo formal nos termos da CLT, os estagiários nos termos da Lei nº 11.788 de 25/07/2008, os trabalhadores domésticos referente à Lei Complementar nº 150, de 01/06/2015 inscritos no e-social até 31/05/2024 e os pescadores profissionais artesanais que não estejam recebendo parcelas referentes ao seguro-desemprego pagas durante o defeso da atividade pesqueira para a preservação da espécie. O potencial da medida é prover até 383.488 trabalhadores formais, num total de 24300 estabelecimentos, com o pagamento de até R\$ 1,08 milhões, sendo que até o dia 26/06/2024, 17.478 estabelecimentos solicitaram a adesão, destes, 5.095 foram aprovados (29,2%) e 12.383, negados (70,8%). E 223.211 trabalhadores formais se inscreveram, no entanto, 139.950 foram negados (62,7%) e 83.261 aprovados (37,3%). Até o dia 08/07/2024, foram pagos os seguintes valores referente à primeira parcela: R\$ 107.031.012,00 para os trabalhadores formais, R\$ 635.400,00 para os domésticos e R\$ 5.744.016,00 para os pescadores. Registra-se que não houve a identificação de estagiários. Enfim, apresentou a quinta medida, suspensão da parcela do financiamento, aprovada pela Resolução CCFGTS nº 1.088, de 21/05/2024, que concede facultativamente a suspensão temporária dos encargos mensais do agente financeiro ao agente operador, que utilizam recursos do FGTS. E a suspensão aos mutuários poderá ser concedida para as prestações com vigência a partir de maio de 2024, exclusivamente para as operações contratadas no RS, na área de habitação (exceto o Pró-moradia) pelo prazo de até 6 meses e nas áreas de saneamento, infraestrutura, saúde e programa Pró-moradia, pelo prazo de até 12 meses. O potencial da medida é suspender o valor total de até R\$ 1,7 bilhões, estimando-se beneficiar até 394 mil famílias. E, até o dia 30/07/2024 foram concedidas suspensões para 58.610 mutuários, mensal de R\$ 33,7 milhões e semestral de R\$ 202,6 milhões, já para a área de saneamento e infraestrutura, foram R\$ 6,5 milhões. O senhor Ministro de Estado tomou a palavra para falar sobre a 4ª medida, apoio financeiro, em relação aos 12.383 dos estabelecimentos negados, destes, 9.525 por estarem fora da delimitação da mancha. Para tratar dessa questão, a ideia é aumentar a delimitação em 1 km, inserindo na medida praticamente todas as empresas rejeitadas por esta razão. A senhora Luciana Nakamura solicitou a palavra para informar que a 2ª parcela do benefício para as empresas será paga antecipadamente, no dia 02/08/2024, beneficiando 109000 trabalhadores, num total de R\$ 155 milhões de recursos do MTE liberados e quando for possível ampliar para 1 km, será alcançado um número bem maior de trabalhadores.

A seguir, o senhor Cláudio Py passou a palavra para a Secretária Executiva Adjunta Substituta, senhora Luciana Nakamura, para tratar do tema do assédio que fora apontado na última reunião do CGE, que por conseguinte, foi

discutido no Grupo de Trabalho GT Mulheres - MTE. O GT Mulheres foi criado pela Portaria MTE nº 256, de 04/03/2024, para realizar diagnósticos e elaborar propostas referentes à geração de emprego, trabalho e renda para mulheres em situação de violência e à prevenção e ao enfrentamento da violência, do assédio e da discriminação em razão de gênero. Luciana apresentou a composição do GT e suas respectivas competências. Até hoje já realizaram 11 reuniões, resultando nas seguintes ações: elaboração do plano de trabalho, encaminhamento de ofício circular para várias instituições com questionamento de dados sobre mulheres em situações de violência, alinhamento de fluxo de denúncias com ouvidoria, controle interno, corregedoria, comissão de ética e departamento pessoal, criação de canal "chatbot" pela DGP para acolhimento e orientações de mulheres em situação de assédio moral ou violência no MTE, priorização de ações de prevenção internas para o MTE, prioridade nos contratos terceirizados para mulheres em situação de violência, conforme cadastro encaminhado pelo GDF, prioridade de contratação de mulheres em situação de violência no SINE, qualificação sobre Lei da Igualdade Salarial, proposta de elaboração de plano de qualificação para prevenção de violência de gênero e criação de 6 subgrupos para implementação das ações iniciais. Dentre as ações dos subgrupos, tem-se: formalização da política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, sexual e discriminação no MTE, acompanhamento da criação da ouvidoria da mulher e estruturação da sala de acolhimento, criação da equipe de acolhimento por meio de edital de chamamento interno, elaboração de plano de qualificação para prevenção do assédio e da discriminação no MTE, regulamentação da Lei 14.457 - Emprega Mais Mulher e critérios de análise de dados. Aproveitou a oportunidade para agradecer a participação de todos, as apresentações realizadas com excelência e finalizou demonstrando a sua satisfação em ter a reconstrução do MTE que está atuando de forma mais integrada e mais forte. O Ministro tomou a palavra para comentar sobre o tema do assédio e destacou que é inadmissível que uma mulher se sinta oprimida no trabalho e incentivou que as mulheres encontrem apoio para serem acolhidas para relatar o que está acontecendo. Registrando por fim que o ambiente de trabalho necessita ser saudável. Por fim, agradeceu a presença de todos encerrando a reunião.

A reunião foi encerrada às 13h, pelo senhor Ministro de Estado do Ministério do Trabalho e eu Josabet Dourado Guerra lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelos membros presentes.

Referência: Processo nº 19955.200314/2024-35

SEI nº 3041209